

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-02-15

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

De Almeida, M. A. P. (2018). O papel do poder local no combate ao despovoamento em Portugal. In XVI Colóquio Ibérico de Geografia. (pp. 1413-1421). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: De Almeida, M. A. P. (2018). O papel do poder local no combate ao despovoamento em Portugal. In XVI Colóquio Ibérico de Geografia. (pp. 1413-1421). Lisboa: Universidade de Lisboa.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---



## O PAPEL DO PODER LOCAL NO COMBATE AO DESPOVOAMENTO EM PORTUGAL

Maria Antónia Pires de ALMEIDA  
Investigadora do CIES, IUL, [mafpa@iscte-iul.pt](mailto:mafpa@iscte-iul.pt)

### RESUMO:

A crise económica da última década obrigou a medidas extremas que produziram consequências na população e na atividade económica do país, que foram agravadas nos territórios classificados como rurais ou de interior, face à evidente emigração, perda e envelhecimento da população e maiores taxas de desemprego. Em março de 2015 164 municípios foram declarados “de baixa densidade” e “privilegiados nos fundos da EU”. A partir de uma base de dados com os programas e mensagens políticas dos 308 presidentes de câmaras eleitos em 2013 e em 2017 analisam-se as estratégias locais para alcançar um nível razoável de desenvolvimento sustentável, combater o despovoamento rural e as desigualdades territoriais e atrair pessoas e empresas para os seus concelhos. Avaliam-se assim as estratégias do poder local para combater estes condicionalismos e comparam-se os programas dos autarcas com a atuação do governo do Partido Socialista, que colocou em prática no início de 2017 o Programa Nacional para a Coesão Territorial e que após os incêndios desse ano promoveu uma série de novas políticas de prevenção de fogos e gestão das florestas. Defende-se a responsabilização dos municípios na gestão dos seus territórios face aos problemas da gestão da floresta, especialmente quando a questão dos fogos florestais atingiu proporções em 2017 que obrigaram, finalmente, a uma intervenção política forte no terreno, assim como a gestão da água, que também deveria ser prioritária. O que se observou no verão de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, quando as principais barragens do país atingiram níveis mínimos, exige uma análise rigorosa do problema da água em Portugal e uma forte intervenção pública, de iniciativa local, mas com uma componente de aplicação de medidas de políticas públicas a nível nacional. Especialmente porque o uso que se tem feito da água tem sido claramente abusivo. Apresenta-se o exemplo da Barragem do Maranhão e os problemas do olival intensivo, que em nada contribui para a economia local, e defende-se que as decisões e políticas públicas têm de ser apoiadas na ciência e nos especialistas, tanto nas áreas da agronomia e da engenharia florestal, como nas ciências sociais que também devem ser chamadas para dar o seu contributo para as soluções de combate ao despovoamento, à atração de população qualificada aos territórios desprotegidos e à gestão

dos mesmos, assim como à criação de melhores condições de vida aos residentes que ainda continuam a viver no meio rural.

**PALAVRAS-CHAVE:** programas políticos; população; rural; recursos; municípios

**ABSTRACT:**

Last decade's economic crisis led to the enforcement of extreme measures which have produced consequences in the demographic and economic situation of the country. Emigration, population loss, ageing and unemployment were aggravated, particularly in rural or interior territories. In March 2015 there were 164 municipalities which have been declared "low density" and "privileged in access to European funds". From a database with the political manifestos and messages of the 308 mayors elected in 2013 and then in 2017, this article presents an analysis of local strategies which were put in place in order to achieve a reasonable level of sustainable development, to fight rural depopulation and territorial inequalities and to attract people and companies to their municipalities. Local government strategies designed to deal with these endeavours are evaluated and compared to central government's performance on this subject, particularly the National Programme for Territorial Cohesion, which was inaugurated in the first months of 2017, and the new policies for fire preventions and forest management put in place after last year's fires. It is argued that municipalities should be held responsible for their territorial management on issues such as forests and water, particularly since forest fires and draught have hit such proportions as the ones in 2017, which have forced a strong political intervention on the field and should be regarded as a priority. In the summer of 2017 and the first trimester of 2018 most of the main Portuguese dams hit rock bottom levels. Such events demand a thorough analysis of the water problems in Portugal and strong public interventions, both regarding local actions and national public policies. Especially because the use of water has been clearly excessive. The Maranhão Dam is shown as an example where intensive olive groves are a problem and do not contribute positively for the local economy. This article argues that public policies and decisions should be made based on science and specialists, both agronomist and forestry engineers, with the support of social scientists, who may contribute for designing solutions to combat depopulation, to attract qualified populations to unprotected territories and to manage them, as well as to provide better living conditions to the remaining few who still live in rural areas.

**KEY WORDS:** political manifestos; population; rural; resources; municipalities



## 1. INTRODUÇÃO

A Constituição da República Portuguesa aprovada em 2 de abril de 1976 estabeleceu o princípio da descentralização administrativa. Desde o início do regime democrático assistimos a períodos alternados de expansão e de crise a nível económico, político e demográfico. Este último fator, porém, evoluiu sempre no sentido do inevitável fosso entre o espaço urbano no litoral e os territórios rurais do interior. E do completo desinteresse das elites políticas centrais pelo espaço rural. Ao longo da última década Portugal assistiu a uma das suas maiores crises económicas e políticas, em resultado da crise internacional e do aumento da dívida pública, o que teve como consequência um aumento da emigração e do desemprego e um agravamento da perda e do envelhecimento da população. As medidas de austeridade impostas pela Troika e postas em prática pelo governo de coligação PSD/CDS-PP entre 2011 e 2015 impuseram reformas de redes de serviços públicos que deixaram grande parte do território português desprotegido e as populações lá residentes em sério risco e com uma considerável diminuição das suas condições de vida e recursos (Baumgarten, 2017). Os territórios classificados como rurais ou de interior já tinham sido considerados casos especiais em várias legislaturas, face à evidente emigração, perda e envelhecimento da população e maiores taxas de desemprego. Em março de 2015 164 municípios foram declarados “de baixa densidade” e “privilegiados nos fundos da EU”<sup>1</sup>. De acordo com o censo de 2011, nestes municípios do interior vive 19,7% da população portuguesa.

A partir de uma base de dados com os programas e mensagens políticas dos 308 presidentes de câmaras eleitos em 2013 e depois em 2017, analisam-se as estratégias locais para alcançar um nível razoável de desenvolvimento sustentável, combater o despovoamento rural e as desigualdades territoriais e atrair pessoas e empresas para os seus concelhos. Avaliam-se assim as estratégias do poder local para combater estes condicionalismos e comparam-se os programas dos autarcas com a atuação do governo do Partido Socialista, que colocou em prática no início de 2017 o Programa Nacional para a Coesão Territorial e que após os incêndios desse ano promoveu uma série de novas políticas de prevenção de fogos e gestão das florestas.

Pretende-se assim contribuir para o debate sobre as questões: O que resta das regiões do interior e quais as abordagens dos poderes local e central para resolver os seus problemas? A mudança do governo e das políticas territoriais poderá contribuir para a diminuição do fenómeno do despovoamento rural e das desigualdades territoriais? Qual a contribuição dos municípios e dos seus representantes eleitos para o desenvolvimento sustentável dos seus territórios? Considerando que os territórios rurais portugueses perderam 12% da sua população entre 2001 e 2011, de acordo com o Recenseamento Geral da População; que 110.000 pessoas emigraram em 2013 e que mais de 20% da população portuguesa (quase 2.3 milhões de pessoas) residia no

estrangeiro em 2013, quais as melhores políticas públicas para reverter esta tendência? Ou pelo menos para melhorar a qualidade de vida dos residentes que ainda continuam a viver no meio rural?

## **2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E DEMOGRÁFICO**

O mundo rural português tem uma longa história de exigência de fornecimento alimentar aos centros urbanos, sem nunca ter cumprido plenamente esse objetivo e sempre com enormes carências de mão de obra para as necessidades do trabalho em causa. Os argumentos usados ao longo dos séculos para se manterem as populações nas zonas rurais incidiram sobre a defesa e a ocupação militar do país e sobre a autossuficiência alimentar, ambos considerados fundamentais para a independência do Estado. Sempre sem sucesso. Uma vez que os salários agrícolas aumentaram mais que os fatores de produção ligados à mecanização, nomeadamente as máquinas agrícolas e o gasóleo, além das sementes, herbicidas e adubos, rapidamente os homens foram substituídos pelas máquinas, as quais do ponto de vista económico se tornaram muito mais atraentes (Almeida, 2016). E a emigração para as zonas urbanas e para o estrangeiro intensificou-se, especialmente a partir dos anos sessenta do século XX. Com a entrada de Portugal na CEE (atual União Europeia), a agricultura portuguesa foi inserida na PAC – Política Agrícola Comum, o que afastou ainda mais mão de obra da agricultura. A introdução de subsídios para a especialização da agricultura e para o *set aside* veio alterar definitivamente o paradigma rural português. Assistiu-se a uma maior concentração das explorações e ao aumento da monocultura intensiva, atribuíram-se fundos para turismo rural e intensificou-se o abandono das pequenas propriedades. A consequência direta foi o despovoamento praticamente definitivo dos campos e o envelhecimento das populações rurais.

O panorama demográfico do território português caracteriza-se atualmente por diferenças acentuadas entre os espaços urbanos do litoral e os rurais do interior. Por exemplo, os municípios variam entre meio milhão de residentes em Lisboa em 2011 (uma enorme diminuição dos 800.000 em 1960) e 430 pessoas no Corvo, nos Açores; 115 concelhos (37%) têm menos de 10.000 habitantes e apenas 24 (7,8%) têm mais de 100.000. A perda de população dos municípios rurais parece já ser irreversível, uma vez que estas regiões perderam toda a sua vitalidade demográfica e económica. Comparando o censo de 2011 com o de 1960, 202 concelhos (65,6%) perderam população, 53 dos quais, todos em regiões do interior, quatro deles nos Açores e dois na Madeira, ficaram reduzidos a menos de metade dos seus habitantes. Em 1960 estes 53 municípios já apresentavam baixas densidades demográficas: tinham uma média de 15.308 habitantes; em 2011 essa média baixou para 6.400. O Alentejo apresenta-se como o



paradigma deste enorme despovoamento: ocupando 41% do território português, em 2011 tinha apenas 7% da população total do país. O despovoamento é habitualmente acompanhado pelo envelhecimento: por cada 100 jovens, o Alentejo tem uma média de 186,5 idosos. Em Avis ou Nisa esta média é de 300 e 379 idosos respetivamente.

No extremo oposto, 30 municípios aumentaram a sua população em mais de 80% nestas cinco décadas: 21 dos quais para mais do dobro, cinco para mais do triplo, e o Seixal aumentou 673%. Enquanto Lisboa perdeu 31,7% da sua população e o Porto 21,7%, os seus concelhos limítrofes, agora parte integrante das suas áreas metropolitanas, cresceram significativamente, tal como algumas cidades com grande peso da industrialização, como Braga e a Marinha Grande. Atualmente apenas 33,3% da população portuguesa reside nas zonas rurais, periféricas e marginais que ocupam 81,4% do território.

Segundo Teresa Sá Marques, os riscos demográficos associados à quebra das taxas de fecundidade e ao envelhecimento da população estão mais vinculados nos territórios fronteiriços de Portugal e de Espanha: “mais do que inverter o processo demográfico – uma ‘utopia’ – é preciso adaptar a economia local e nacional a um país com menos gente” no sentido de “encontrar formas de garantir qualidade de vida a quem fica”. Acrescenta que “é preciso trabalhar as condições de atratividade destes espaços, garantindo serviços públicos e privados essenciais, mobilidade e conectividade digital”<sup>ii</sup>.

A situação de fragilidade destes territórios e das populações lá residentes foi agravada com o encerramento de serviços públicos como escolas, postos de correio e tribunais e a diminuição do número de freguesias. Com o despovoamento, grande parte da paisagem agrária foi transformada em espaços de lazer, de turismo e de conservação da natureza, além de lhe ser atribuído um papel pedagógico para o público juvenil (Eusébio et al, 2017), onde as pessoas se deslocam para consumir o ar despoluído, as tradições e o património. Em resumo, a função utilitária do meio rural como fornecedor de matérias-primas e alimentos foi substituída por local de diversão para as populações urbanas experimentarem estilos de vida alternativos. Este é o discurso habitual associado a zonas rurais e que também está presente nas imagens e representações que as pessoas da cidade usam para os descrever. Estas novas representações sociais do rural são também reproduzidas nas políticas públicas, tanto locais como centrais, para atrair novos residentes e turistas.

### **3. ESTRATÉGIAS LOCAIS DE ATRAÇÃO**

As elites locais são atores essenciais para promover o desenvolvimento local, a ocupação dos territórios e o aumento da capacidade de produção, ao criar as condições para

estimular as atividades económicas e a criação de emprego. Os espaços rurais não são todos iguais e os seus habitantes e representantes locais são os mais qualificados para escolher e colocar em prática as políticas mais adequadas para os problemas particulares que atingem os respetivos concelhos.

Para esta investigação construí uma base de dados com os currículos, percursos políticos e programas eleitorais dos 308 presidentes de câmara eleitos em 2013 e 2017. Após décadas de investimento em infraestruturas e parques industriais, com uso intensivo de fundos europeus, os representantes políticos locais alteraram os seus critérios para atrair investimentos e assegurar a sua eleição e reeleição para os cargos autárquicos. Tendo em conta as referidas alterações nas áreas rurais e a profunda crise provocada pelo desinvestimento industrial e a deslocação de muitas empresas para mercados não regulados, o que aumentou o desemprego e o despovoamento, por todo o país os maiores investimentos passaram a verificar-se nas áreas dos serviços e das atividades ligadas ao turismo. Particularmente na zonas onde a agricultura deixou o maior empregador, foi necessário inventar novas atividades para as pessoas e para a economia local. E o respetivo património passou a ser um bem que é publicitado e vendido, juntamente com a paisagem, o artesanato e o ambiente limpo e despoluído.

Nas mensagens e programas políticos da maioria dos presidentes das câmaras encontra-se a exigência de maior autonomia e descentralização administrativa. Coesão social, desenvolvimento sustentável, recursos, património e oportunidades são os termos usados com maior frequência, distinguindo-se as mensagens para concelhos urbanos e rurais. Para os presidentes de câmara de grandes cidades, os grandes temas foram as redes, a internacionalização, o emprego e a reconstrução urbana. Já nas câmaras rurais, as principais preocupações foram as estratégias de atração para pessoas e empresas. Os emigrantes nunca são esquecidos como potenciais fontes de investimento. E os festivais de verão e os produtos locais estão sempre presentes nos discursos, assim como a educação dos mais jovens e a respetiva formação profissional para que estes não abandonem o concelho. Todos os recursos locais parecem ter sido transformados em património. A internacionalização dos produtos locais e as certificações como património regional ou mesmo da UNESCO, assim como a redescoberta do artesanato para estimular a produção e o emprego, com a adjectivação obrigatória da qualidade e da tradição, tudo tem sido usado para vender a paisagem e o meio rural.

A maior parte dos programas políticos dos autarcas dos meios rurais revela um cuidado especial com os produtores locais, a precisar de proteção num ambiente hostil de agricultura globalizada. Os pequenos produtores têm um papel importante na preservação da paisagem e na revitalização das tradições, que são fundamentais para atrair turistas e potenciais novos



residentes. Há múltiplos exemplos de estratégias de atração dirigidas a estes grupos nos programas dos municípios rurais, focados principalmente em políticas de incentivo às famílias, ao aumento da natalidade e ao apoio às crianças, ao cuidado com os idosos, ao turismo e ao lazer, entre outras como a educação, formação de jovens e participação cívica.

Não obstante as estratégias de atração descritas, o mais eficaz meio para convencer as populações a permanecerem nos meios rurais ou a mudarem para lá a sua residência é o investimento na indústria e nos serviços para a criação de empregos, já que a agricultura não oferece uma solução a longo prazo: a produção intensiva e altamente especialidade de frutas e legumes, vinho e azeite, praticada em zonas específicas do território, usa trabalhadores sazonais e precários, geralmente de fora da região. Em paralelo, a agricultura de subsistência praticada em hortas e pequenas propriedades não passa de um complemento a outras atividades e a situações de reforma ou desemprego, em prática num mundo rural depois da agricultura (Baptista, 1993, 2006, 2010).

Em resumo, o poder local é o nível de governo mais adequado para o fornecimento de serviços públicos, especialmente em áreas tão sensíveis como os o cuidado aos idosos, a gestão da educação e a colocação em prática de estratégias de atração para aumentar o investimento, o emprego, o turismo e estimular o aumento demográfico, com políticas orientadas para a família.

#### **4. PROGRAMA DO GOVERNO**

No início de 2017 o Governo do Partido Socialista colocou em prática o Programa Nacional para a Coesão Territorial e após os incêndios desse ano promoveu uma série de novas políticas de prevenção de fogos e gestão das florestas. As palavras-chave deste programa aprovado em 20 de outubro de 2016 são as seguintes: mercado ibérico, capacidade produtiva, infraestruturas, mão de obra, recursos únicos e saberes artesanais que estão subaproveitados. E os objetivos principais: promover o planeamento territorial equilibrado, envelhecimento com qualidade, inovação da base económica, capital territorial, cooperação transfronteiriça, relação rural-urbana, acessibilidade digital, atratividade territorial, abordagens, redes e participação<sup>iii</sup>. A agricultura definitivamente foi afastada dos objetivos principais de produção nestas áreas. E o fator mais inovador deste programa é a própria existência de um programa, o que reflete uma mudança nas políticas dos governos portugueses para as regiões do interior.

Para além do desemprego de longa duração, um dos temas mais problemáticos para a questão do despovoamento tem sido a falta de serviços públicos às populações em meio rural, especialmente nas áreas da saúde, educação, justiça e até os correios e a cobertura de televisão e internet. A questão da educação tem sido mais complexa, uma vez que foi permitida a reabertura



de algumas escolas com turmas mais pequenas, mas para tal seria necessário contratar mais professores, o que não se tem verificado. As escolas profissionais são mencionadas no programa como um importante fator de desenvolvimento local e fixação dos jovens, assim como as universidades e institutos politécnicos, os quais já mostraram a sua eficácia no estímulo ao aumento demográfico de algumas cidades do interior, como Évora, Covilhã ou Vila Real (Alves, 2015).

O turismo e o património são também aspetos desenvolvidos no programa, em especial as questões das marcas, dos certificados, do *wifi* nos centros históricos e da criação de uma plataforma digital que permita aumentar a visibilidade e uso do património, natural, cultural e outros. Em resumo, com exceção de algumas novidades, a maioria dos temas referidos repete os projetos já enunciados nos programas dos autarcas eleitos 2013 e seus antecessores.

Curiosamente, num país que todos os verões é devastado por incêndios, nem o programa do governo de 2016, nem os programas dos autarcas eleitos em 2013 fazem qualquer menção ao tema. Nada foi colocado em prática para prevenir os trágicos acontecimentos do verão de 2017. Para além da seca e das alterações climáticas, os incêndios estão diretamente ligados com o despovoamento. A paisagem rural portuguesa, tradicionalmente constituída por montado, foi drasticamente alterada para monocultura e agricultura industrial que transformou as estruturas sociais, económicas e políticas locais, já que a agricultura perdeu o seu tradicional peso (Almeida, 2007). Em resumo, verificou-se uma desagrarização do rural, que precariza as economias regionais e retira-lhes grande parte da identidade, desvalorizando-lhes o património. A emigração para os centros urbanos e para o estrangeiro deixou os campos abandonados, especialmente no norte do país. Os incêndios podem ser ateados por mão criminosa ou negligência, mas alimentam-se de mato e floresta com espécies não autóctones.

Há inúmeros estudos publicados por agrónomos e engenheiros florestais que apresentam soluções para o ordenamento do território. Um dos últimos exige especificamente “políticas públicas consistentes, que reconheçam o declínio da agricultura tradicional e assumam a transição florestal e que, apoiadas pela ciência, transformem o sistema. Criando emprego no interior e produzindo riqueza” (Oliveira, 2017). Parece consensual que a falta de população nos territórios do interior é um problema que tem de ser abordado de forma séria e eficaz pelo governo central. De salientar que o mesmo engenheiro florestal Tiago Oliveira foi nomeado presidente da Estrutura de Missão para a instalação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no dia 24 de outubro de 2017. A chamada Reforma da Floresta foi aprovada no Parlamento em julho de 2017 e inclui doze medidas para reduzir o risco de incêndios, gestão da floresta e ordenamento florestal e titularidade dos terrenos<sup>iv</sup>.



Algumas das soluções podem também passar pela maior responsabilização das autarquias e do respetivo quadro de pessoal no trabalho de prevenção e inspeção das terras abandonadas e da gestão das propriedades dos respetivos concelhos, assim como maior cuidado na atribuição das licenças para construção junto a áreas florestais e na fiscalização das novas plantações. O que teria custos muito mais baixos do que combater os incêndios e reconstruir o que eles destroem.

## **5. PROBLEMAS DA GESTÃO DA FLORESTA E DA ÁGUA**

Os fogos florestais de 2017 e a seca que se observou em 2017 e primeiro trimestre de 2018, quando as principais barragens do país atingiram níveis mínimos, exige uma análise rigorosa do problema da água em Portugal e uma forte intervenção pública, de iniciativa local, mas com uma componente de aplicação de medidas de políticas públicas a nível nacional. Especialmente porque o uso que se tem feito da água tem sido claramente abusivo. A Barragem do Maranhão e os problemas do olival intensivo são exemplos gritantes da má gestão da água e dos recursos humanos e do território. A monocultura intensiva e o fim da diversidade cultural removeram a cobertura vegetal original do montado<sup>v</sup> e levaram ao esgotamento da água e provavelmente dos solos. A partir de junho de 2017 a Barragem do Maranhão esvaziou de forma inédita até que em outubro atingiu uma capacidade de menos de 20%. Na maior parte da sua extensão o fundo ficou descoberto. A água foi puxada, com enorme dispêndio de energia elétrica, para regar os olivais intensivos durante todo o verão. Por uma coincidência climática, não choveu nesse outono, mas apenas em março de 2018, altura em que os níveis de água foram naturalmente repostos. Tal como foi denunciado na reportagem de Nuno Guedes na *TSF*, “Milhões de oliveiras, água, seca, pesticidas e muitos imigrantes ilegais da Ásia e de África que enchem os campos alentejanos” vieram alterar a paisagem<sup>vi</sup> e em nada contribuem para as economias locais de Avis, da região do Alqueva e das zonas regadas pelas barragens em geral.

A Barragem do Maranhão foi entregue em 1959 à Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia, que tem a responsabilidade de gerir a água e que claramente neste ano não o fez de forma adequada. E o poder local, nomeadamente a Câmara Municipal de Avis, não denunciou a situação, nem teve poder para lutar contra ela. Numa região naturalmente de sequeiro, a Barragem do Maranhão irrigou regadios desde 1958, permitindo as culturas de tomate, milho, e, no final do seu percurso, arroz desde o Couço, passando por Coruche e até Vila Franca de Xira. Foi o olival intensivo que alterou o equilíbrio até agora existente. Basicamente, a modernização agrária não pode ser apenas vista como aumento de produtividade: tem de incorporar também critérios de sustentabilidade.

E, se as autoridades locais não tomam cuidado e não denunciam situações de excesso de consumo de água e de utilização de químicos, o Alentejo não vai ficar muito tempo “acima da média na qualidade ambiental”<sup>vii</sup>.

## 6. CONCLUSÕES

O poder local pede maior autonomia e descentralização, o que implica uma maior responsabilização sobre o que se produz e sobre as ações das empresas e dos cidadãos intervenientes nos seus municípios. Mesmo num regime de propriedade privada na qual os proprietários são livres de agir conforme lhes é mais conveniente do ponto de vista económico e tendo em conta que os subsídios europeus são dados pela produtividade, o interesse das populações, em particular a saúde, a segurança e as escolhas das melhores opções para a qualidade de vida das populações e para as respetivas oportunidades de emprego com contratos e direitos sociais, devem ser vigiados e supervisionados pelos municípios. A proximidade das juntas de freguesia e das câmaras permitem a deteção de irregularidades e a respetiva denúncia é uma obrigação cívica e moral dos representantes eleitos. Igualmente as decisões e políticas públicas têm de ser apoiadas na ciência e nos especialistas, tanto nas áreas da agronomia e da engenharia florestal, como nas ciências sociais que também devem ser chamadas para dar o seu contributo para as soluções de combate ao despovoamento, à atração de população qualificada aos territórios desprotegidos e à gestão dos mesmos, assim como à criação de melhores condições de vida aos resistentes que ainda continuam a viver no meio rural.

## 7. BIBLIOGRAFIA

- Almeida, M.A. (2007). Memory and trauma of the Portuguese Agrarian Reform: a case study. *Portuguese Journal of Social Science*, 6 (2), 63-76.
- Almeida, M.A. (2016). A Questão Agrária na História de Portugal. *Mátria XXI*, 5, 255-284.
- Almeida, M.A. (2017). Territorial inequalities: depopulation and local development policies in the Portuguese rural world. *AGER – Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, 22, 61-87.
- Almeida, M.A. (2017). The revolution in local government: mayors in Portugal before and after 1974. *Continuity and Change*, 32 (2), 253-282.
- Alves, J. et al (2015). The impact of polytechnic institutes on the local economy. *Tertiary Education and Management*, 21 (2), 1-18.



- Baptista, F.O. (1993). *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*. Fora de Texto, Coimbra.
- Baptista, F.O. (2006). O rural depois da agricultura. M.L. Fonseca (ed.). *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade, Lisboa, 85-105.
- Baptista, F.O. (2010). *O espaço rural: declínio da agricultura*. Celta. Lisboa.
- Baumgarten, B. (2017). Back to solidarity-based living? The economic crisis and the development of alternative projects in Portugal. *Partecipazione e Conflitto. The Open Journal of Sociopolitical Studies*, 10 (1), 169-192.
- Eusébio, C. et al (2017). Who is consuming the countryside? An activity-based segmentation analysis of the domestic rural tourism market in Portugal. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 31, 197-210.
- Oliveira, T. (2017). *A Transição Florestal e a Governança do Risco de Incêndio em Portugal nos últimos 100 anos*, Doutoramento em Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

---

<sup>i</sup> Manuel Carvalho, “Governo aprova a lista dos 164 municípios com direito a cuidados especiais”, *Público*, 28/03/2015, <http://www.publico.pt/economia/noticia/governo-define-a-lista-dos-164-municipios-com-direito-a-cuidados-especiais-1690606>.

<sup>ii</sup> Abel Coentrão, “Interior do interior, a fronteira concentra riscos demográficos”, *Público*, 11/06/2018, <https://www.publico.pt/2018/06/11/local/noticia/interior-do-interior-a-fronteira-concentra-riscos-demograficos-1833785>.

<sup>iii</sup> <http://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-.aspx>.

<sup>iv</sup> Ana Fernandes, “Balanço dos 12 trabalhos da Reforma da Floresta”, *Público*, 15/06/2018, <https://www.publico.pt/2018/06/15/sociedade/noticia/balanco-possivel-da-reforma-da-floresta-1834385>.

<sup>v</sup> <https://observador.pt/opiniao/o-montado-alentejano-um-exclusivo-em-recuperacao/>.

<sup>vi</sup> Nuno Guedes, “‘A Fábrica da Azeitona’. Reportagem TSF num Alentejo a mudar rapidamente”, *TSF*, 08/02/2018, <https://www.tsf.pt/sociedade/interior/a-fabrica-da-azeitona-reportagem-tsf-num-alentejo-a-mudar-rapidamente-9105507.html>.

<sup>vii</sup> “Alentejo acima da média na Qualidade Ambiental”, *Tribuna Alentejo*, 06/07/2018, <https://tribunaalentejo.pt/artigos/alentejo-acima-media-qualidade-ambiental>.